

**A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO  
NA GUINÉ-BISSAU**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN CIVIL SOCIETY AND THE STATE  
IN GUINEA-BISSAU**

**LA RELACIÓN ENTRE LA SOCIEDAD CIVIL Y EL ESTADO  
EN GUINEA-BISÁU**

Aladino Fernandes<sup>i</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo principal analisar a relação entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau, desde as primeiras eleições gerais, em 1994, até a eleição mais recente, em 2019. Pretendemos investigar, no atual cenário político nacional da Guiné-Bissau, que tem passado por vários conflitos internos envolvendo a sociedade civil, o Estado e os partidos políticos, qual o papel que o Estado reserva à sociedade civil no momento de resolução dos conflitos internos. Dessa forma, buscaremos compreender a contribuição da sociedade civil dentro da política guineense e as relações entre a sociedade civil e o Estado. O Estado na Guiné-Bissau se situa no cenário global a partir de uma configuração particular que combina três níveis, que são: a relação entre Estado, ONGs e associações comunitárias, impulsionadas pelos projetos financiados pelas agências internacionais de desenvolvimento. As relações entre o Estado, as organizações e os grupos da sociedade civil são pré-existentes à independência.

**Palavra Chave:** Guiné-Bissau. Relação. Sociedade Civil. Estado.

**Abstract:** This article aims to analyze the relationship between civil society and the State in Guinea-Bissau since the first general elections in 1994 to the last election in 2019. We intend to investigate the current national political scene of Guinea-Bissau, which has passed by various internal conflicts involving civil society, the state and political parties, the role that the State reserves to civil society at the time of resolution of internal conflicts. Thus, we will seek to understand the contribution of civil society within the Guinean politics and relations between civil society and the state. The state in Guinea-Bissau lies on the global scene from a particular configuration that combines three levels, which are: the relationship between the State, NGOs and community associations, driven by projects financed by international development agencies. Relations between the State, organizations and civil society groups prior to the independence.

**Key words:** Guinea-Bissau. Relationship. Civil society. State.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre la sociedad civil y el Estado en Guinea-Bisáu desde las primeras elecciones generales, en 1994, hasta las elecciones más recientes, en 2019. Pretendemos investigar el escenario político nacional actual de

Guinea-Bisáu, que ha pasado por diversos conflictos internos que involucran a la sociedad civil, el Estado y los partidos políticos, así como el rol que el Estado reserva a la sociedad civil en el momento de la resolución de los conflictos internos. Así, buscaremos comprender el aporte de la sociedad civil dentro de la política guineana y sus relaciones con el Estado. El Estado de Guinea-Bisáu se ubica en el escenario global a partir de una configuración particular que combina tres niveles, que son: la relación entre el Estado, las ONG y las asociaciones comunitarias, impulsadas por proyectos financiados por agencias internacionales de desarrollo. Las relaciones entre el Estado, las organizaciones y los grupos de la sociedad civil son preexistentes a la independencia.

**Palabras clave:** Guinea-Bisáu. Relaciones. Sociedad civil. Estado.

## Introdução

A Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental da África, estendendo-se por uma área de 36.125km. A superfície habitável é apenas de 24.800km<sup>2</sup>, devido às terras inutilizadas pelas inundações dos mares fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas periódicas. Sua população é atualmente estimada em cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes. O país ainda é limitado ao norte pela República do Senegal, a leste e ao sul pela República da Guiné-Conakry. Em toda a sua extensão ocidental, a Guiné-Bissau é banhada pelo o Oceano Atlântico (AUGEL, 2007).

Além do território continental, acrescenta-se ainda o arquipélago dos Bijagó, com mais de 80 ilhas, sendo muitas delas desabitadas, de vegetação tropical densa, separadas do continente por diversos canais. “O território continental é cortado por rios caudalosos, como o Geba, o Cacheu, o Corumbal, o Mansoa, o rio Grande de Buba e o rio Cacine, todos com inúmeros braços” (AUGEL, 2007, p.49-50).

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a relação entre a sociedade e o Estado na Guiné-Bissau. A escolha do tema se deu inicialmente pelo contato do autor com a temática acerca da sociedade civil e Estado, na ocasião da matrícula na disciplina de História das Ideias Políticas, no primeiro período do curso de Bacharelado em Humanidade.

Durante as aulas, foram abordadas muitas questões ligadas a essa temática, através dos conteúdos debatidos em sala de aula, dentre eles, o livro *Os Clássicos da Política*, de Francisco Weffort. Outra motivação girou em torno da ocasião da matrícula na disciplina de Sociologia Política. Somando-se a isso, já no primeiro semestre do curso de Licenciatura em Sociologia, na disciplina de Teoria Sociológica I, foram tratadas muitas questões sobre a política, sociedade civil e o Estado. Após esses contatos e a forma como foram abordados ao longo da disciplina, o assunto despertou a atenção, com destaque para a relação entre a sociedade civil e o Estado.

A experiência das três disciplinas despertou ainda mais a atenção e o interesse de nossa parte, porque os temas debatidos frequentemente em sala de aula estavam relacionados à sociedade civil e ao Estado, o que fez com que o interesse a pesquisar a relação entre a sociedade civil e o e Estado na Guiné-Bissau viesse a se concretizar em forma de projeto de pesquisa acadêmica.

Este tema pode ser considerado de grande importância para a sociedade guineense, uma vez que vai procurar contribuir no entendimento das relações que existem entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau. Decorrente do problema de pesquisa, alguns desses pontos nortearão o desenvolvimento da investigação aqui proposta. São eles: Qual é o papel da sociedade civil na Guiné-Bissau? Qual é o papel do Estado na Guiné-Bissau? Quais são as relações existentes entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau? Existe essa relação? E como que dá a relação entre a sociedade civil e o Estado?

O presente artigo justifica-se no atual cenário político nacional da Guiné-Bissau, devido a vários conflitos internos, que envolve a sociedade civil, o Estado e os partidos políticos. Haja vista que desde os anos 1990, com a implementação da democracia na Guiné-Bissau e as primeiras eleições gerais que foram organizadas nos anos de 1994, até a data atual, nenhum governo eleito pelo povo conseguiu terminar o seu mandato devido às intervenções militares motivadas pelos partidos políticos ou pelas próprias organizações da sociedade civil, que costumam apoiar umas das partes envolvidas nos conflitos.

Como salienta M´bunde (2017),

a proliferação de partidos na Guiné-Bissau, resultante da abertura democrática na primeira metade da década de 1990, deu acesso a um contínuo período de recorrentes crises políticas no país, ao longo da primeira década de 2000. Esse quadro político caótico é caracterizado por vários episódios de interrupções do normal funcionamento da vida política e institucional do país. O referido círculo vicioso de instabilidade política é decorrente de golpes de Estado e, sobretudo, de destituições de governos através da criação/fabricação de novas maiorias e minorias parlamentares (M´BUNDE, 2017, p.45).

De acordo com o M´bunde (2017), de 2002 a 2016, experimentou-se na Guiné-Bissau uma série de interrupções de legislaturas, em função da demissão de governos. Geralmente, essas deposições de governos são exercidas pelo Presidente da República, que conta mormente com apoio político-partidário e parlamentar para fazê-lo. Não se trata de nenhum tipo de autocracia ou ditadura do Presidente, muito pelo contrário, são as condições político-partidárias que se criam conjuntamente, que levam o Chefe de Estado a adotar recorrentemente este comportamento político. “Ao longo deste período temporal, nenhuma legislatura ou governo democraticamente constituído conseguiu cumprir o tempo do seu mandato” (M´BUNDE, 2017, p.52).

A Constituição da República da Guiné-Bissau assegura quatro anos de mandato aos governos constituídos, “entretanto as sistemáticas deposições de governos têm sido entrave para a normal continuidade institucional e política, tendo esse fato comprometido o processo da democratização do país” (M´BUNDE, 2017, p.52).

Nesse sentido, o tema em questão fez despertar a intenção de analisar e compreender as relações entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau. O nosso trabalho está constituído em três partes fundamentais que são: a primeira parte, Contextualização do Conceito da Sociedade Civil e o Estado; segunda parte, Sociedade Civil e o Estado Em África; e a terceira parte, Análise Sobre Relação Entre Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau.

### **Contextualização do conceito da sociedade civil e o Estado**

Antes de começarmos a analisar a relação entre a sociedade civil e o Estado, é preciso entender o conceito de sociedade civil e de Estado. De acordo com o Azambuja,

a sociedade é uma coletividade de indivíduos reunidos e organizados para alcançar uma finalidade comum supõe organização permanente e objetivo comum. De modo mais analítico, e acentuando outros atributos, podemos dizer que uma sociedade é a união moral de seres racionais e livres, organizados de maneira estável e eficaz para realizar um fim comum e conhecido de todos (Cf. Jolivet – *Traité de Philosophie*, I, pag. 283). O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanente para realizar um objetivo comum. E se denomina sociedade política, porque, tendo sua organização determinada por normas de Direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o bem público (AZAMBUJA, 1996, p.2).

Segundo Teixeira (2015), as relações entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau se situam no cenário global a partir de uma configuração particular que combina três níveis, que são: a relação entre Estado, ONGs e associações comunitárias, impulsionadas pelos projetos financiados pelas agências internacionais de desenvolvimento; a relação entre o Estado, organizações e grupos da sociedade civil, pré-existentes à independência, em virtude do monopólio e do clientelismo no âmbito da intermediação partidária; e, finalmente, a relação a partir da tentativa de articulação de redes de debates e sugestões no âmbito das organizações e grupos da sociedade civil.

Deste modo, a questão do equilíbrio social, segurança e paz, direito e desenvolvimento foi percebida como ausência do Estado em sua relação social. Assim essa alienação é compreendida como consequência da falta de justiça para que as demandas estejam satisfeitas e reconhecidas como legítimas e, logo passem a fazer parte da própria

noção de direito na relação entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido, percebe-se que a Liga existe para garantir os direitos humanos na sociedade civil.

Para um dos entrevistados de Teixeira (2015), do Fórum Nacional da Juventude e População sobre as relações entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau, é possível perceber que;

o Fórum da Juventude e População é uma organização voltada para saúde sexual reprodutiva, que é a nossa área de intervenção. Os nossos parceiros são UNICEF [Fundo das Nações Unidas para Infância], FUNUAP [Fundo das Nações Unidas para a População] e SNS [Serviço Nacional de Saúde de Portugal]. A nossa cooperação com esses organismos tem sido boa. No entanto, um dos grandes problemas é a burocracia, planificações não cumpridas. A colaboração do *governo* é fraca. Nossos relatórios não são levados em consideração pelo governo. As recomendações ficam na gaveta. (Dirigente do FNJP [Fórum Nacional da Juventude e População], entrevista) (TEXEIRA, 2015, p.442).

Assim também se utilizará desta referência para analisar as relações entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau.

Da mesma forma, Barros (2014) salienta que podemos considerar que o contributo mais significativo da sociedade civil guineense teve a sua incidência em três polos, que são esses: a) no assegurar os serviços de base (acesso à educação, saúde); b) na promoção dos direitos humanos e da cidadania, em particular das crianças e mulheres; c) na informação, sensibilização e consciencialização “ambiente, conservação, diversificação da produção” (BARROS 2012, *apud* BARROS 2014, p.42).

Para Tipote (2014 *apud* BARROS 2014, p. 42),

“os constrangimentos diversos condicionaram o desenvolvimento do potencial desses atores, desde a sua própria incapacidade funcional, derivada das fragilidades de expressão institucional e das limitações de recursos financeiros e humanos, até problemas de competitividade e de protagonismo entre vários grupos e tendências”. Por isso, contribuiu bastante para que a sua participação ativa no processo político tenha sido limitada, contudo não é por falta de espaço ou de manobra, entretanto, fundamentalmente pela falta de coesão, bem acessível durante o golpe de Estado de abril de 2012.

O conceito Estado e Sociedade Civil, na visão de Kolody (2011), ao analisar o papel do Estado implica em compreender a dinâmica das relações sociais, uma vez que o Estado em contextos sociais, econômicos e políticos distintos pode ora assumir características restritas, ora ampliadas. Percebe-se por restrito aquele Estado que estaria voltado para o interesse de uma única classe. “Por ampliado podemos entender o Estado que se abre a interesses de diferentes segmentos da sociedade civil” (KOLODY, 2011, p.35).

Portanto, a Siqueira (2005, *apud* Kolody, 2011), elencou que nas sociedades ocidentais, a partir do século XVI, as discussões filosóficas e políticas sobre o papel do Estado e da sociedade civil contribuíram no estabelecimento de novas configurações nas relações entre Estado e sociedade, configurando assim um Estado Moderno.

Nesse contexto, a concepção de Estado e sociedade civil se configurou a partir do conhecimento construído no bojo do Iluminismo, na medida em que a razão foi possibilitando questionar os dogmas fundados na imobilidade social e no poder enquanto algo que decorria da divindade. “Nasce, portanto, com instituição de um poder comum que só é capaz de garantir aos indivíduos associados alguns bens fundamentais, como a paz, a liberdade, a propriedade e a segurança” (KOLODY, 2011, p.35).

Para a melhor compreensão desse conceito de Estado e sociedade civil Kolody (2011), ela traz uma reflexão dos atores que já abordaram essas temáticas para sustentar mais ainda esse conceito que é o Estado e sociedade civil. Para ela,

Rousseau a noção de sociedade civil vai ter sentido único de sociedade civilizada, que só se torna sociedade política após o contrato social. Já em Hegel os indivíduos organizam-se em sujeitos coletivos e através desse campo de mediações legitimam o interesse público. Desta forma, no contexto do Estado Moderno somente quando a sociedade civil reconhece como legítimo o poder do Estado, a ordem social conhece alguma estabilidade. A partir da sistematização proposta por Hegel compreende-se a sociedade civil como esfera dos interesses particulares, da liberdade, onde se legitima o pacto que fundará o Estado. Em síntese, a sociedade civil já não coincide com o Estado, mas constitui um dos seus momentos preliminares. No sistema hegeliano, as relações entre Estado e sociedade civil não resultam na formulação de um efetivo interesse comum, são os interesses corporativos que são objetivamente defendidos como máxima universalização. O Estado então é mitificamente transformado no sujeito real que ordena, funda e materializa a universalização dos interesses e particularistas da sociedade civil [...] segundo Marx é a esfera da sociedade civil que fundamenta a natureza estatal, e não o contrário como supunha Hegel. Na atualidade, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. [...] nos dias de hoje devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física (KOLODY, 2011, p.36).

Portanto, com reflexão esses autores citados acima dar para compreender melhor o conceito estado e sociedade civil de uma forma mais ampla. Por outro lado, Kolody (2011), para ela, a classe burguesa é detentora dos meios de produção, sendo composta pela minoria das pessoas. Já a classe trabalhadora compõe a grande massa da população e possui apenas a força de trabalho. “Contudo, ao dominar os meios de produção, a classe burguesa exerce também controle sob o poder econômico, político e ideológico” (KOLODY, 2011, p.37).

Como salienta Teixeira (s/d), de acordo com ele, a literatura especializada, a sociedade civil ora é vista em oposição ao Estado e ao mercado, ora é concebida numa perspectiva institucionalizada, articulada com o Estado e o mercado, incluindo, assim, outros dispositivos que não podem ser produzidos nem pelo mercado e nem pelo Estado. Portanto, “a primeira interpretação do conceito de sociedade civil apareceu com Aristóteles, sob a denominação de *koinonia politiké*, que foi traduzida para o latim como *societas civilis*, entendida como comunidade de cidadãos livres e iguais” (TEIXEIRA s/d, p.162).

Teixeira (s/d), também mostra que a sociedade política, aquela sociedade que os indivíduos garantem por meio de contrato social os seus direitos e deveres através de leis públicas. Nessa lógica, “a sociedade civil nasce por contraste a um estado primitivo de humanidade em que o homem vivia sem outras leis se não os naturais” (TEIXEIRA s/d, p.163).

Segundo a concepção de Teixeira (s/d), se analisarmos este conceito de sociedade civil, do ponto de vista da economia de mercado, em que os indivíduos, guiados pelos seus interesses, buscam satisfazer as suas necessidades mediante o trabalho nas sociedades modernas, as etnias, pelo menos no caso da Guiné-Bissau, parecem configurar-se de forma distinta. Em razão disto, as especificidades a destacar no conceito de sociedade civil que permeará o nosso trabalho, as categorias hegelianas, “não nos possibilitam chegar a uma visão ampliada de lutas políticas durante o processo de transição do regime autoritário para o democrático na Guiné-Bissau, que não ocorrem necessariamente no interior de uma lógica da economia, organizada por meio de transações comerciais e trocas no mercado capitalista” (TEIXEIRA s/d, p.166).

No entanto, Teixeira (s/d), enaltece que, no caso da Guiné-Bissau podemos destacar três períodos que marcaram a relação entre Estado e sociedade civil, assim como a dinâmica histórica do conceito: o primeiro período, de 1911 a 1915, com o surgimento da Liga Guineense, uma das primeiras organizações de sociedade civil, segundo princípios “ocidentais” de vida associativa, formada por pequenos comerciantes e proprietários. Ancorada no sistema administrativo colonial, “a noção de sociedade civil, nesse período, estava ainda atrelada ao processo de emancipação econômica e comercial do país” (TEIXEIRA (s/d, p. 173). Noutras palavras,

“O segundo período vai de 1950 a 1956, quando surgiram os movimentos independentistas e nacionalistas da sociedade civil, dos quais também faziam parte alguns militantes do PAIGC e outros movimentos políticos.” O objetivo desses movimentos foi o de acabar com a dominação colonial, melhorar as condições de vida dos povos da Guiné e Cabo-Verde, assim como aplicar os princípios da democracia revolucionária, propostos pelo líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde PAIGC, Amílcar Cabral. Nessa época, quando se pensava na sociedade civil e no seu conceito, tinha-se em mente um movimento rural de camponeses, cuja estrutura organizava-se em forma de cooperativas que, em suas fases iniciais, não possuíam nenhum instrumento jurídico formal que regulamentasse suas atividades” (TEIXEIRA, p.173-174).

De acordo com Teixeira (s/d), mostra que as mudanças advindas da política global, no início dos anos 1980, e o processo de democratização da sociedade, em princípios dos anos 1990, vieram alterar a noção de sociedade civil no país. “Com isso iniciou-se o questionamento do caráter novo do conceito e da identidade dos movimentos e também o interesse, seja por parte da sociedade” (TEIXEIRA s/d, p.174).

Ainda sobre o conceito sociedade civil na Guiné-Bissau, Teixeira (s/d), ele elencou que os movimentos da sociedade civil que insurgiram contra os empecilhos criados pela herança colonial portuguesa e a ditadura do PAIGC, especialmente aqueles que reuniam diversos grupos de *Mandjuandade* e *Djidius*, uma velha tradição que expressa, ainda hoje, o *modus vivendi* peculiar da vida cotidiana na Guiné-Bissau” (BULL, 1989; HAVIK, 1999; KOUDAWO, 1996,2001, apud TEIXEIRA s/d, p.174-175).

Teixeira (s/d), afirma que a primeira *Mandjundade* tem mais de cem anos de existência. E ele mostra que hoje, cada vez surgem outros grupos de *Mandjundade*, sobretudo, nas grandes cidades como a Bissau, Bolama e Cacheu, que com o tempo vêm ganhando novas características sem perder as formas originárias de solidariedade e da sua identidade cultural.

Tendo em vista, que o *Mandjundade* e o *Djidiu* como uma forma de resistência que a sociedade civil encontrou para manter a sua autonomia e vínculo de solidariedade e identidade do grupo, pretendo chamar a atenção sobre duas coisas. Deste modo, a primeira é que as duas categorias ampliam a compreensão da noção de sociedade civil na Guiné-Bissau, pela ênfase atribuída à participação política dos *Mandjundades* e dos *Djidius* como instâncias da integração da vida associativa nacional. “E na segunda observação é justamente salientar como as duas categorias chamam a atenção para busca de especificidades e novas formas de luta encontrada pela sociedade civil na Guiné-Bissau” (TEIXEIRA s/s, p.175).

*Mandjundades e Djidius*, são percebidos como instâncias informais de coesão social e de solidariedade, “que chamam a atenção para uma das formas de luta e da articulação política que a sociedade civil encontrou para manter a sua autonomia organizacional e política no processo da democratização da Guiné-Bissau” (TEIXEIRA s/d, p.177).

Da mesma maneira, em relação a este grupo podemos perceber que é fundamental analisar a presença e a ação de grupos étnicos, com suas culturas, organizações sociais, estrutura de poder e organização no campo da sociedade civil, desta forma, na luta hegemônica. Apesar da aparente hegemonia neoliberal, diferentes organizações e grupos de sociedade civil na Guiné-Bissau resistem e articulam novas alternativas de luta política, cultural e econômica operando ativamente nas diversas instancias da vida coletiva.

Assim como mostra, Arato e Cohen, (1994, p.181 apud MOTTA 2008, p.4), “a sociedade civil é o lugar no qual o mundo da vida estabelece novas formas de sociabilidade em oposição às estruturas sistêmicas da economia (mercado) e da burocracia (administração estatal), onde impera a reificação”. Desta forma, podemos perceber que a sociedade civil não apenas atua apenas de modo defensivo em relação às estruturas sistêmicas, mas também pode

influenciar o Estado e a economia na manutenção de direitos que constituem a condição *sine qua non* da sua existência.

Nesse caso podemos insistir ainda na afirmação de Motta (2008), a expressão sociedade civil acabaria, assim, por ficar colada a esta ‘terceira esfera’, “e a ela seria transferida toda a potência da ação democrática mais ou menos radical, da luta por direitos e da plena constituição de uma autêntica esfera pública não integrada ao estatal (não-estatal) e assentada no livre associativismo dos cidadãos” (ARATO E COHEN, 1994, p.219 apud MOTTA 2008, p.8).

### **Sociedade civil e Estado em África**

Antes de começarmos a bordar esse tema de Estado e sociedade civil em África, é importante apontar alguns autores que já abordaram esse assunto para podermos fundamentar mais ainda o assunto que pretendemos desenvolver. Para isso, recorreremos ao trabalho de Bussotti e Mutzenberg (2016), segundo ele, nos últimos anos a África tem sido teatro de intensas manifestações públicas,

em que a sociedade civil, juntamente com várias associações, tem desempenhado um papel relevante, com peculiaridades específicas ao nível local. Qual é a natureza e quais os objetivos de tais movimentos? Contra quem ou contra o que eles manifestam? (BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016, p.8).

De acordo com o Bussotti e Mutzenberg (2016), a literatura científica sobre os movimentos sociais africanos continua bastante fraca, se comparada com o mesmo âmbito de estudos nos países ocidentais. Nesse contexto, a análise levada a cabo em África durante o período das lutas pela independência e no imediato pós-independência, assim como o processo de transição democrática nas décadas de 1990 e 2000, têm destacado como questão chave a construção duma nação centrada no Estado. Assim, “este último tem sido concebido como sujeito de desenvolvimento, no interior de um processo em que a sociedade civil e, sobretudo, os movimentos sociais, têm tido pouca ou nenhuma visibilidade pública” (Mamdani & Wamba-Dia-Wamba, 1995, apud BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016, p.8).

Apesar disso, para Bussotti e Mutzenberg (2016), os estudiosos têm mostrado um crescente interesse com este assunto, especialmente a partir dos anos noventa. Essa década representa um ponto de viragem fundamental para a sociedade africana e, conseqüentemente, para os movimentos sociais. “Uma tal circunstância deve-se à vaga de democratização e liberalização introduzida ou imposta a muitos países africanos nesta época, em estreito relacionamento com a queda do Muro de Berlim e o fim da experiência comunista na antiga União Soviética” (BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016, p. 8).

Para Tussotti e Mutzenberg (2016),

hoje em dia, África representa o continente em que o coeficiente de Gini é o mais alto do mundo, com as exceções de China e Índia. Sem considerar os países ocidentais, no mundo em via de desenvolvimento, a média e a mediana da desigualdade é respetivamente de 0,39 e 0,38; na África Subsaariana estes dois valores são de 0,43 e 0,41. Em África Oriental concentram-se os índices mais elevados de desigualdade, com países como Botswana, Zâmbia, Namíbia, África do Sul que lideram esta classificação (BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016, p.9).

Do ponto de vista dos autores, os movimentos sociais e políticos africanos têm tido geralmente uma estreita relação com os ocidentais, embora mantendo diferentes características e objetivos (Ellis & Van Kessel, 2009, apud Bussotti e Mutzenberg 2016). Assim, eminentes estudiosos procuraram delinear uma breve história dos movimentos sociais e políticos em África. Desta forma, (Larmer, 2010 apud Bussotti e Mutzenberg 2016), por exemplo, propôs quatro períodos para caracterizar os movimentos sociais africanos,

as lutas nacionalistas e independentistas (1950-1960); a formação dos novos Estados africanos, com a incorporação dos movimentos sociais no seio das estruturas institucionais (1960-1975); o ajustamento económico e estrutural (1975-1989); finalmente, os movimentos em prol da democracia (1990-2010) (BUSSOTTI E MUTZENBERG, 2016, p. 10,11).

Por outro, para Brandes e Engels (2010), propuseram uma periodização diferente: colonização e descolonização, poder do Estado, transformações políticas nos anos noventa, com a abertura democrática, finalmente a cooptação da sociedade civil por parte das agências internacionais e o Banco Mundial, sob o lema da luta contra a pobreza (Brandes & Engels, 2011, apud BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016).

Bussotti e Mutzenberg (2016), “enaltece que os movimentos sociais em África não são novos, mas é evidente que, a partir dos finais da década de 2000, eles assumiram uma diferente configuração se comparados com as agitações e demonstrações ocorridas antes do início do novo século.” Portanto, a mudança na natureza dos movimentos sociais em África tem sido mais complexa e heterogénea. Para Habib e Opoku-Mensah, (2009, apud Bussotti e Mutzenberg, 2026), a característica comum dos recentes movimentos sociais africanos deve ser procurada no “*product of, and the response to, a concrete context of deprivation, rights denial and injustice*”. De tal modo, e apesar da sua notável heterogeneidade, os movimentos sociais africanos podem ser categorizados através do lema da justiça económica.

De modo geral, a tese central destes dois autores é que a África do Sul representa o fulcro dos movimentos sociais africanos: acima de tudo, do ponto de vista histórico (a luta contra o apartheid), em segundo lugar em termos de qualidade e nível de organização e consciência: organizações como o *Anti-Privatization Forum*, o *Concerned Citizens Forum*, o *Landless People’s Movement*, a *Western Cape Anti-Eviction Campaign* e muitos outros encontram os seus correspondes em outros países africanos. Por outro lado,

o exemplo, em Botswana a população San tem manifestado para ver reconhecidos os seus direitos sobre as terras do Deserto do Kalahari, ao mesmo tempo que em Gana, Zâmbia e Zimbabwe o *Anti-Privatization Forum* tem lançado importantes campanhas; no Quênia o *Kenya's Green Belt Movement* permitiu a Wangari Maathai ganhar o Prémio Nobel da Paz em 2004, enquanto movimentos ambientalistas levaram a cabo ações significativas com vista à proteção do Delta do Níger. Ngoma-Leslie chega a conclusões similares, afirmando que o ativismo em prol dos direitos humanos é “*viewed with suspicion by political leaders and sometimes outrightly oppressed*” (Ngoma-Leslie, 2012, p. 17, *apud* BUSSOTTI E MUTZENBERG, 2016, p.11, 12).

Assim podemos perceber que do nosso ponto de vista, pelo menos três fatores caracterizam os novos movimentos sociais em África a partir dos anos noventa: primeiro o processo de democratização originou, na maioria dos casos, uma situação em que os Estados africanos procuraram controlar e limitar a opinião pública, em detrimento da promessa de mais liberdade, sobretudo de expressão; segundo em paralelo, a adoção dum modelo liberal patente em muitas constituições africanas tem introduzido o paradigma dos direitos humanos como base para uma nova coabitação social e política. Na maioria das vezes financiados por ONGs internacionais, os movimentos locais começaram a lutar pelo respeito dos princípios constitucionais, enraizados na justiça econômica e na liberdade política; terceiro a vaga de liberalização que tem atravessado muitos países africanos teve, como consequência, a exacerbação da situação socioeconômica de um grande número de cidadãos, de maneira que estes recorreram a protestos e demonstrações para atenuar as crescentes diferenças entre eles e as novas classes privilegiadas”(BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016).

Assim, os jovens têm desempenhado um papel muito importante nas redes sociais, com impacto sobretudo nos contextos urbanos. Uma nova dimensão de tipo cultural, como a música, tem-se tornado referência central para difundir as ideias de tolerância, democratização e críticas contra a corrupção e outras práticas detestáveis por parte das classes dirigentes africanas. “Honwana acredita que o rap é hoje um dos meios mais importantes para implementar processos de formação política nas jovens classes urbanizadas africanas” (BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016, p.12 e 13).

Do ponto de vistas desses autores citados em cima, eles elencaram que no primeiro caso, “a relevância social e política do rap em Angola, como um importante meio para atualizar a cultura nacional no seio do difícil processo de democratização deste país.” Da mesma maneira, que Silvia Stefani considera como a “rua” em Cabo Verde passou por uma mudança significativa a respeito da sua ocupação por parte dos movimentos sociais.

Com efeito, “depois da estação das primeiras gangues urbanas (“thugs”), hoje outras organizações, como Korrenti di Activiztas, ganharam espaço, procurando conjugar

reivindicações sociais com assuntos relacionados com gênero e igualdade” (BUSSOTTI E MUTZENBERG, 2016, p. 3).

Como mostra o Rui André Lima Gonçalves da Silva Garrido, apud Bussotti e Mutzenberg, (2016), sobre o movimento LGBT em Uganda, desenvolve uma reflexão sobre o assunto mais sensível em África relativamente às minorias sexuais. E na Uganda o momento gay, está desempenhando um papel de resistência contra as medidas homofóbicas do governo local, um dos mais intolerantes do mundo neste âmbito.

### **Análise sobre relação entre sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau**

Do nosso ponto de vista na relação Estado e sociedade civil, acreditamos que não houve uma política séria por parte dos sucessivos governos da Guiné-Bissau, tampouco por parte das organizações da sociedade civil, no sentido de tentar conscientizar o país a nível nacional, para explicar qual é o papel do Estado, da sociedade civil e dos partidos políticos, bem como quanto às suas limitações, que muitas das vezes acabam por interferir na política do Estado, que com o apoio dos militares acaba por criar um clima de instabilidade política no país.

A questão de equilíbrio social, segurança e paz, direitos e desenvolvimento são compreendidos como ausência do Estado em sua relação social. Essa alienação é interpretada como consequência da falta de justiça para que as *demandas* sejam satisfeitas e reconhecidas como legítimas e, portanto, passem a fazer parte da própria noção de direitos na relação entre a sociedade civil e o Estado.

No entanto, Teixeira, (2015) destaca que apesar do discurso em defesa da identidade, feito pela maioria dos dirigentes guineenses, não houve unanimidade relativamente à sua configuração, porque os fundamentos revelaram tensões de lógicas ou princípios que são defendidos ou contestados pelas organizações e grupos da sociedade civil integrados nos projetos. Este é um dos principais pontos de tensão na relação com o Estado.

De acordo ainda com o autor, um dos seus entrevistados, dirigente do Conselho Nacional de Juventude Guineense (CNJ), aponta que;

as grandes reivindicações das mulheres é aprovação da Lei que proíbe a excisão feminina. É uma das grandes reivindicações que o Instituto da Mulher e da Criança está fazendo. São grupos vulneráveis e frágeis que devem ser protegidos pela Lei. Em relação aos jovens tem a ver com a educação e ensino. Portanto, na Guiné-Bissau temos um problema muito sério em questão de educação. De vez em quando surgem greves nos liceus, faculdades e universidades onde estão inseridos mais jovens e confrontam-se diretamente com essas dificuldades. É uma das coisas que se coloca muito, sem esquecer a questão de saúde pública. Hoje a questão da HIV está a ser mais frequente, sobretudo na camada jovem (Dirigente do CNJ, entrevista) (TEIXEIRA, 2015, p. 449).

Barros (2014), também sublinha a capacidade de mobilização e de ação política da sociedade civil, em particular no caso histórico do golpe militar,

os acontecimentos de 2012 lançaram o país numa das suas piores crises políticas, uma vez que o golpe de Estado ocorreu durante o processo eleitoral. Medidas de bloqueio à nova configuração política foram acionadas e aplicadas, deixando o país com maior grau de dependência e insegurança. Este momento constituiu um verdadeiro desafio à capacidade de ação dos atores da sociedade civil, os quais, apesar de algumas divisões, convergiram na reclamação do processo democrático. Neste sentido, foram desencadeadas manifestações públicas no país e na diáspora guineense que procuram superar lógicas de estruturação colegial, de reorganização ideológica e de autonomia de pensamento e financiamento orientado para a mobilização da sociedade enquanto um princípio da cidadania. Estes casos incluem, entre muitos outros, o Movimento Ação Cidadã, Global Shapers, Guiné Mindjor, Movimento Feminista Musqueba e Movimento Lus Bin. O papel das OSCs tornou-se de tal modo relevante que, pela primeira vez, estas estruturas assumiram a monitorização efetiva do processo eleitoral, através de coletivos como o Grupo das Organizações da Sociedade Civil para as Eleições (GOSCE) (BARROS, 2014, p.42).

Segundo Barros (2014), os desafios são enormes, mas o mais significativo é o da viabilidade e durabilidade das próprias organizações enquanto entidades promotoras de transformação social, algo que implica um forte investimento em cultivar as condições e as relações que geram capacidades de interação, mobilizando a imaginação, a competência e o compromisso no espaço social onde intervém.

Nessa perspectiva, destaca-se a contribuição de autores como Azambuja (1996), Teixeira (2015) e Barros (2014). Esses autores tornam-se muito fundamentais, pois trazem luz para melhor entender a sociedade civil e o Estado, que é um assunto marcado pelas profundas mudanças de comportamentos. Conforme salienta Azambuja,

a primeira em importância, a sociedade natural por excelência, é a família, que o alimenta, protege e educa. As sociedades da natureza religiosa, ou Igreja, a escola, a Universidade, são outra tanta instituição em que ele ingressa; depois de adulto, passa ainda a fazer parte de outras organizações, algumas criadas por ele mesmo, com fins econômicos, profissionais ou simplesmente morais empresas comerciais, institutos científicos, sindicatos, clubes, etc. Os conjuntos desses grupos sociais foram a sociedade propriamente dita. Mas, ainda tomado neste sentido geral, a extensão e a compreensão do termo sociedade variam, podendo abranger os grupos sociais de uma cidade, de um país ou de todos os países, e, neste caso, é a sociedade humana, a humanidade (AZAMBUJA, 1994, p.1).

Deste modo, podemos perceber que a família é a nossa base para a educação. E que as organizações das sociedades civis, também nos ajudam a educar. Assim essas instituições citadas acima pelo autor têm um papel muito importante na democratização como esses: a Igreja, Escola, a as Universidades que se encontram no país. Da mesma maneira, que Sucuma (2012), “frisou que as constantes instabilidades políticas que o país conhece constitui um dos obstáculos na construção de políticas educacionais duradouras, bem como no aperfeiçoamento da democracia e estado de direito” (SUCUMA, 2012, p. 144).

Segundo Pedro (2011), “a sociedade civil é essencialmente uma definição política, que inclui grupos de interesse e relações de poder que tanto podem fazer avançar ou impedir a

redução da pobreza, equidade, inclusão e outros objetivos de desenvolvimento social” (FOWLER, 2000, apud PEDRO, 2011, p.14). Por outro lado, Barros e River (s/d), sublinharam que o Estado moderno as dinâmicas sociais que o contexto guineense produziu, na presença de um Estado fragilizado, devem obedecer a uma lógica de reflexividade e interdependência de modo a compreender as reais ligações entre o Estado e as dinâmicas dos grupos sociais e não a marginaliza-las, como aconteceu no passado, devido ao nível de complexificação e de complexidade que estas requerem e/ou por pertencer a uma certa racionalidade daquilo que são os artefatos dos pacotes modernistas.

Para Newton (2001, apud Rocha 2014), ela revele que, “as organizações da sociedade civil são uma densa rede de associações de voluntários e organizações cidadãs que ajudam a sustentar as relações com a comunidade de uma forma que gera confiança e cooperação entre os cidadãos e um nível elevado de compromisso cívico e participativo” (ROCHA, 2014, p. 11).

De acordo com Centro de Estudos Estratégicos de África (CEEAA), no seu relatório especial, mostra que, “a sociedade civil desempenha um papel fundamental numa democracia viva. Facilita a participação pública em questões de interesse para a população em geral”, permite aos cidadãos tomarem iniciativas para resolver problemas locais ou nacionais, em vez de ficarem passivamente a espera que o governo tome medidas, e promove ideias independentes e soluções que enriquecem o debate político e contribuem para uma correta tomada de decisões (CEEAA Nº 1, 2011, 16).

Mas, para o Cardoso (2008), na Guiné-Bissau, a sociedade civil retira a sua força de várias fontes históricas, incluindo a evolução das relações e das alianças interétnicas, das estruturas sociais baseadas em classes de idade, dos sistemas de autoridades selecionadas a partir da aldeia, das dinâmicas das formações sociorreligiosas e de uma variedade de instituições rurais de tomada de decisões.

Viegas (2013), ela afirma que as Organização da Sociedade Civil, dada as fragilidades impostas pelas constantes crises políticas e militares que têm assolado o país têm se implicando de forma ativa em todo o processo de transição política assumindo um papel de facilitadores do diálogo e de mediadores entre diferentes interesses políticos, militares e civis, “sempre com o objetivo da busca de soluções, justas e duradoura, mantendo-se fieis aos seus princípios de justiça social, defesa de uma cidadania livre, participativa e responsável” (VIEGAS, p.130).

Deste modo, pode-se perceber de que essa relação entre a sociedade civil e o Estado, os militares são um dos fatores principal na instabilidade do país durante todos esses anos da

crise político e da instabilidade que o país enfrentou durante esses anos. Assim como revela Santy (2013), que na Guiné-Bissau, a autonomia dos militares com relação ao poder civil eleito é presente em todas as instancias de governo, sendo neutralizada qualquer possibilidade de controle civil sobre eles. “De 1994 a 2003, o país vivenciou quatro levantamentos militares dois deles golpe de estados (1998 – 2003), num espaço de quinze anos sob um regime supostamente democrático” (SANTY, 2013, p, 20).

## **Conclusão**

Podemos concluir que com o surgimento e multiplicação dos partidos políticos na Guiné-Bissau, a partir do dos anos 90, com abertura do processo democrático, isso mostra que a partir desse período, começa a relação entre sociedade e Estado na Guiné-Bissau no ano de 1990. Com implementação da democracia na Guiné-Bissau, traz uma coisa importante para o país por deixar de ser um ser um regime único com um só partido político que era liderado pelo Partido Africano para Independência de Guine e Cabo-Verde (PAIGC).

Mas durante no período de 2000 a 2014, aconteceram vários conflitos políticos no país, devido a várias interrupções às legislaturas em função de vários governos. Geralmente o que acontece através de um decreto do Presidente da República devido ao conflito entre os partidos políticos com o assento parlamentar ou sem assento parlamentar.

Esses conflitos internos entre os partidos políticos, que vez ou outra se acostumaram a ser apoiados pelos movimentos da sociedade civil, que uma hora se posicionam por um dos diferentes dos partidos políticos envolvidos no conflito, isso faz com que nenhum chefe de Estado conseguiu terminar o seu mandato desde o ano de 1990, que é início da abertura política e da implementação da democracia na Guiné-Bissau, até no ano 2014, através de um processo eleitoral foi eleito um candidato do partido PAIGC, para Presidente da República na pessoa de Jose Mario Vaz. Ele foi o único chefe de Estado eleito pelo o povo guineense que consegue terminar o seu mandato no ano 2019, sem a interversão dos militares que sempre se envolvem no conflito dos partidos políticos e da sociedade civil.

Isso nos mostra que a Guiné-Bissau já enfrentou várias crises políticos internas desde os anos 90, que pela primeira vez o país experimentou o processo político democrático. Portanto, com esses vários conflitos entre os partidos políticos, e com a interferência da sociedade civil no meio deles e dos militares, isso que chamou a minha atenção a esse tema: de pesquisar a relação entre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau.

Um dos piores acontecimentos que o país já vivenciou foi a crise política do ano de 2012. Depois do primeiro turno do processo das eleições presidenciais, que foi disputado pelos vários partidos políticos que foram apoiados também, pelos vários movimentos da sociedade civil guineense. Durante esse primeiro turno das eleições, o país passou por uma grande crise política entre os partidos políticos que mais tarde culminou num golpe de Estado liderado pelas chefias militares do país na altura, que fez com que o processo eleitoral fosse interrompido e foi adiada para o ano 2014. Durante esse tempo foi criado um Governo de transição que vai englobar todos os partidos políticos e como também alguns líderes da sociedade civil, para organizar um novo processo eleitoral no país.

A relação entre a sociedade civil e o Estado se situa no cenário global a partir de uma configuração particular que combina três níveis, que são: a relação entre o Estado, ONGs e sociedade comunitárias, impulsionadas pelos projetos financiados, muitas das vezes, pelas agências internacionais de desenvolvimento, a relação entre o Estado, organização da sociedade civil e grupos da sociedade civil pré-existentes à independência, em virtude de monopólio do que podemos chamar de clientelismo no âmbito da intermediação partidária, então nesse contexto, podemos perceber que há muitos interesses no cenário político do país entre o Estado como a organização da sociedade civil e com algumas ONGs internacionais exercendo a sua influência no Estado e como na organização da sociedade civil na Guiné-Bissau.

## **Referências Bibliográficas**

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 35ª ed. São Paulo: Globo, 1996.

AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escombros: Nação, Identidade e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARROS, Miguel. *A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas*. Guiné-Bissau, 2014.

BARROS, Miguel; RIVERA, Oscar. *A (Re) Construção do Estado no Contexto dos Estados Frágeis: o Caso da Guiné-Bissau: II Congresso África Ocidental*, s/d.

BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. *Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África*. Considerações introdutórias Cadernos de Estudos Africanos, núm. 31, enero junio, 2016, pp. 6-14 Centro de Estudos Internacionais Lisboa, Portugal.

CARDOSO, Carlos. *Sociedade Civil, Espaço Público e Gestão de Conflitos: o Caso da Guiné-Bissau*. CODESRIA, Yaoundé, Cameroun, 2008.

CEEA Nº 1, Relatório Especial do. *África e a Primavera Árabe: Uma Nova Era de Expectativas Democráticas*, 2011.

KOLODY, Andressa. Relações Entre estado e Sociedade Civil: Reflexões sobre perspectivas democráticas. *Aurora*, ano V número 8 – agosto de 2011.

MOTTA, Luiz Eduardo. *O Conceito de Estado e de Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas*. / Salvador / BA – 12 a 14 de novembro 2008.

M'BUNDE, Timóteo Saba. *Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau*. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 1, 2017.

PEDRO, Paula Matias. *“A Impotência da Participação e da Sociedade Civil em Contexto de Estado Frágil: Guiné-Bissau”*. Sociedade Civil e Participação, 2011.

ROCHA, Catarina Tavares. *Papel da Sociedade Civil – Caso Liga Guineense Dos Direitos Humanos – Na Democratização Na Guiné-Bissau*: Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território. Universidade de Aveiro 2014.

SANTY, Amílcar Rodrigues Afonso. *Avanços e Impasses no Processo de Transição Política Militar na Guiné-Bissau (1993-2009)*. 51 f. TCC (Graduação em Curso de Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18999/000733730.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

SUCUMA, Arnaldo. *VI. Breve História a Construção do Estado da Guiné-Bissau: História e Cultura Africana e Afro-Brasileira*, 2012.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre sociedade civil e o estado*. Recife: Ed. Do Auto, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. O Conceito de Sociedade Civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. Estudos de Sociologia. *Rev. do Progr. De Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. v. 15. n. 2. p. 161 – 180, (s/d).

VIEGAS, Claudina Augusta Tavares. *Justiça de Transição na Guiné-Bissau: o papel das operações da manutenção da paz*. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-05122013-102538/publico/TESE\\_MESTRADO\\_CLAUDINA\\_VIEGAS.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-05122013-102538/publico/TESE_MESTRADO_CLAUDINA_VIEGAS.pdf). Acesso em: 18 maio 2021.

Recebido: 03/02/2021

Aceito: 10/04/2021

Publicado: 24/05/2021

---

<sup>i</sup> Possui graduação em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2020), graduação em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2018) e curso-tecnico-profissionalizante em Informática pelo Instituto de Ciência e Tecnologia(2011). Atualmente é da Mestrando em História da Universidade de Passo Fundo.Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7079412335382048>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1153-1133>